

16 JUL 1992

O alívio da dívida *Externa*

Jota Alcides

Editor-Chefe

“Está definitivamente virada a página da dívida externa brasileira”, comemora ainda e justificadamente o sereno ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Com sua credibilidade de diplomata, sua experiência de financista e seu elevado prestígio pessoal, ele foi o principal responsável pelo sucesso do Brasil neste acordo com os 20 mais importantes dos 200 bancos credores estrangeiros, garantindo uma redução de 15 bilhões de dólares de uma dívida de 44 bilhões de dólares. O Brasil queria um alívio maior e tentou, mas está satisfeito com a redução do peso desse fardo, carregado há mais de dez anos sem ter seus clamores atendidos.

Pelo acordo, os 29 bilhões de dólares restantes serão pagos em prazos de 15 a 30 anos, com juros fixados abaixo das taxas médias de mercado, em torno de seis por cento e com muitas vantagens que México, Venezuela e Argentina não conseguiram nas negociações de suas dívidas. Faz parte dessa página, que o Brasil está virando, o volume maior da dívida externa, quase 75 bilhões de dólares, cujo reescalamento também já foi acertado junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos internacionais, dentro das possibilidades e das limitações da economia brasileira. Nas duas circunstâncias, pesou o dado político indispensável de respeito à soberania nacional.

Até o novo acordo ser assinado, provavelmente no início do próximo ano, algumas medidas terão que ser adotadas: o Brasil precisará cumprir neste segundo semestre as metas assumidas com o FMI, evitando as falhas do primeiro semestre e desconfiança ou insegurança nos credores; o acordo de princípios fechado terá formalização apenas após aprovação do Congresso Nacional, o que deve acontecer sem maiores resistências; e o documento necessita contar com a adesão de pelo menos 95 por cento dos

bancos. Os negociadores brasileiros e o próprio ministro Marcílio consideram que essas etapas serão ultrapassadas com tranquilidade e sem surpresas adversas.

Sendo ainda demorado o processo burocrático e legal exigido, somente a longo prazo poderão os efeitos práticos desse acordo se refletirem na economia brasileira, especialmente na retomada do crescimento, na ampliação dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população. As angústias presentes resultantes da política recessiva não terão, portanto, resposta imediata. Mesmo assim, é inegável o efeito psicológico positivo e a sensação revigorante que apenas o anúncio do acordo foi capaz de produzir. O fim de uma complicação que vinha se arrastando há dez anos, perturbando interesses e objetivos nacionais, está proporcionando uma reanimação do Brasil, fechando algumas portas do pessimismo e reabrindo outras do otimismo e da confiança nas possibilidades do País.

Obviamente, o acordo da dívida não pode nem deve ser interpretado ou assumido como uma panacéia. Os problemas brasileiros são muitos e formam um painel multifacetado no qual aparecem, além das distorções econômicas, graves e profundas carências sociais e culturais. Entretanto, esse acordo garantiu um alívio geral. Ao presidente Fernando Collor, que não tem se intimidado com a crise política recrudescida pela torrente de denúncias inquietando o seu governo; ao ministro Marcílio, que tem lutado para que o problema político não anule todo o esforço de reordenamento da economia; aos empresários, que deixaram de lado os temores e ficaram mais seguros quanto à capacidade do País de superar as dificuldades da turbulência política; e alívio para os brasileiros em geral que estão agora de esperanças renovadas na possibilidade de que o Brasil possa, efetivamente, reencontrar a sua normalidade política e econômica. Sem o sufoco da dívida, fica mais fácil.